

JORNAL OFICIAL

II SÉRIE – NÚMERO 68 QUINTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 2016

ÍNDICE:

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional

Página 2740

SECRETARIA REGIONAL DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Contratos

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE

Despacho

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Direção Regional da Educação

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E TRANSPORTES

Fundo Regional dos Transportes Terrestres, IPRA

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E AMBIENTE

IROA, SA

MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO

Anúncio



DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Despacho n.º 668/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2015, de 11 de novembro, determino atribuir a Machadinho, Medeiros & Costa - Actividades Veterinárias, Empresa Privada, com sede no Caminho Pico do Funcho, n.º 1, concelho de Ponta Delgada, contribuinte n.º 510782450, um apoio financeiro no valor de 5.400,00 € (cinco mil e quatrocentos euros), concedido sob a forma de subsídio, com vista à criação de 1 novo posto de trabalho (processo n.º 8004) no âmbito do programa para integração de ativos - INTEGRA JOVEM.

Nos termos do artigo 9.º do referido Regulamento, o apoio financeiro fica sujeito à verificação da manutenção dos requisitos da sua atribuição, bem como da manutenção do nível de emprego e dos postos de trabalho apoiados.

28 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Despacho n.º 669/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2015, de 11 de novembro, determino atribuir a Açorsonho Hotéis, Lda., Empresa Privada, com sede na Rua do Navio, n.º 47, concelho de Ponta Delgada, contribuinte n.º 512066639, um apoio financeiro no valor de 5.400,00 € (cinco mil e quatrocentos euros), concedido sob a forma de subsídio, com vista à criação de 1 novo posto de trabalho (processo n.º 8011) no âmbito do programa para integração de ativos - INTEGRA JOVEM.

Nos termos do artigo 9.º do referido Regulamento, o apoio financeiro fica sujeito à verificação da manutenção dos requisitos da sua atribuição, bem como da manutenção do nível de emprego e dos postos de trabalho apoiados.

28 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.



DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Despacho n.º 670/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2015, de 11 de novembro, determino atribuir a Açorsonho Hotéis, Lda., Empresa Privada, com sede na Rua do Navio, n.º 47, concelho de Ponta Delgada, contribuinte n.º 512066639, um apoio financeiro no valor de 4.200,00 € (quatro mil e duzentos euros), concedido sob a forma de subsídio, com vista à criação de 1 novo posto de trabalho (processo n.º 8015) no âmbito do programa para integração de ativos - INTEGRA.

Nos termos do artigo 9.º do referido Regulamento, o apoio financeiro fica sujeito à verificação da manutenção dos requisitos da sua atribuição, bem como da manutenção do nível de emprego e dos postos de trabalho apoiados.

28 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Despacho n.º 671/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2015, de 11 de novembro, determino atribuir a Garcia e Medeiros, Soc. Produtos Farmacêuticos, SA., Empresa Privada, com sede no Largo 2 de Março, n.º 77, concelho de Ponta Delgada, contribuinte n.º 512047316, um apoio financeiro no valor de 4.200,00 € (quatro mil e duzentos euros), concedido sob a forma de subsídio, com vista à criação de 1 novo posto de trabalho (processo n.º 8005) no âmbito do programa para integração de ativos - INTEGRA.

Nos termos do artigo 9.º do referido Regulamento, o apoio financeiro fica sujeito à verificação da manutenção dos requisitos da sua atribuição, bem como da manutenção do nível de emprego e dos postos de trabalho apoiados.

28 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

II SÉRIE - NÚMERO 68

07/04/2016

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Despacho n.º 672/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2015, de 11 de novembro, determino atribuir a Fit Plus, Lda., Empresa Privada, com sede na Rua da Sé, n.º 153, Sé, concelho de Angra do Heroísmo, contribuinte n.º 513089748, um apoio financeiro no valor de 5.400,00 € (cinco mil e quatrocentos euros), concedido sob a forma de subsídio, com vista à criação de 1 novo posto de trabalho (processo n.º 8012) no âmbito do programa para integração de ativos - INTEGRA JOVEM.

Nos termos do artigo 9.º do referido Regulamento, o apoio financeiro fica sujeito à verificação da manutenção dos requisitos da sua atribuição, bem como da manutenção do nível de emprego e dos postos de trabalho apoiados.

28 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL Despacho n.º 673/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2015, de 11 de novembro, determino atribuir a Fernando Manuel Silveira da Rosa, Empresário em Nome Individual, com sede na rua Padre Adolfo M. Ferreira, n.º 1, concelho de Madalena, contribuinte n.º 163714150, um apoio financeiro no valor de 4.200,00 € (quatro mil e duzentos euros), concedido sob a forma de subsídio, com vista à criação de 1 novo posto de trabalho (processo n.º 8022) no âmbito do programa para integração de ativos - INTEGRA.

Nos termos do artigo 9.º do referido Regulamento, o apoio financeiro fica sujeito à verificação da manutenção dos requisitos da sua atribuição, bem como da manutenção do nível de emprego e dos postos de trabalho apoiados.

28 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.



DIREÇÃO REGIONAL DO EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Despacho n.º 675/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos dos artigos 169.º a 171.º do Código do Procedimento Administrativo, revogo o subsídio atribuído pelo Despacho n.º 1190/2015 de 4 de junho, publicado no *Jornal Oficial*, II Série, a Ana Bela Cota Garcia, Empresa Privada, NIF 180 310 240, no montante de € 4.200,00 (quatro mil e duzentos euros), o qual se destinava à criação de um novo posto de trabalho no âmbito do programa de integração de ativos − Integra Start Up, cessando a atribuição do mesmo a partir da data em que se verificou a diminuição do nível de emprego, nos termos previstos na alínea *a*) do n.º 1 do artigoº 11.º, do regulamento anexo à Resolução do Conselho do Governo n.º 18/2013, de 19 de fevereiro, alterada e republicada pela Resolução do Conselho do Governo n.º 47/2015, de 27 de marco.

21 de março de 2016. - A Diretora Regional do Emprego e Qualificação Profissional, *Ilda Margarida de Sousa Baptista*.

S.R. DA SOLIDARIEDADE SOCIAL Contrato n.º 116/2016 de 7 de Abril de 2016

Ao abrigo da faculdade prevista na cláusula XI do Contrato de Cooperação – Valor Investimento, n.º 069/2014, de 19 de novembro de 2014, por acordo entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social e a Santa Casa da Misericórdia de Nordeste – São Miguel, assinado a 14 de março de 2016, procedeu-se à revisão das cláusulas IV e IX do mencionado contrato de cooperação, oportunamente publicitado, por extrato, no *Jornal Oficial*, II Série, n.º 41 de 27 de fevereiro de 2015.

A revisão do Contrato de Cooperação – Valor Investimento, n.º 069/2014, inicia os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 de março de 2016. - A Secretária Regional da Solidariedade Social, *Andreia Martins Cardoso da Costa.*



S.R. DA SOLIDARIEDADE SOCIAL Contrato n.º 117/2016 de 7 de Abril de 2016

Ao abrigo do disposto nos artigos 66.º a 68.º, 73.º, 74.º e 76.º a 79.º, do Código de Ação Social dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril e alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2013/A, de 21 de novembro, foi celebrado, a 14 de março de 2016, um Contrato de Cooperação – Valor Investimento n.º 003/2016, entre a Secretaria Regional da Solidariedade Social e a Casa de Repouso João Inácio de Sousa, para comparticipação das despesas referentes à aquisição de um ferro com caldeira profissional, até ao montante máximo de € 1.425,44 (mil, quatrocentos e vinte e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos).

Os encargos acima indicados serão totalmente suportados por dotação financeira do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, inscrita no orçamento do ano de 2016.

14 de março de 2016. - A Secretária Regional da Solidariedade Social, *Andreia Martins Cardoso da Costa*.

S.R. DA SAÚDE Despacho n.º 676/2016 de 7 de Abril de 2016

Nos termos da alínea a) do artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A de 19 de março, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/2000/A, de 9 de agosto, 15/2002/A, de 30 de abril e 39/2006, de 31 de outubro, são transferidas verbas para o Orçamento do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, ao abrigo do Regulamento n.º 15/2002, do Instituto de Seguros de Portugal.

Destas verbas, determino que se proceda à transferência para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e para a Delegação da Cruz Vermelha abaixo designadas, as importâncias a cada uma indicadas, destinadas ao pagamento de despesas inerentes à prevenção e segurança no XXXV RALLY SICAL, que se realiza nos dias 31 de março a 02 de abril de 2016:

A referida verba será suportada pela rubrica de classificação económica 04 07 01 – Transferências Correntes – Instituições sem fins lucrativos do Orçamento Privativo do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

AHBV's Angra do Heroísmo 1 530,00 €
AHBV's Praia da Vitória 1 440,00 € Total 2 970,00€

Página 2746



1 de abril de 2016. - O Secretário Regional da Saúde, Luís Mendes Cabral.

DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Extrato de Despacho n.º 167/2016 de 7 de Abril de 2016

Por despacho da Diretora Regional, foi autorizada a renovação dos contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, para o ano escolar 2015/2016, celebrados com os seguintes docentes:

Escola Básica e Secundária Tomás de Borba

1.º ciclo do ensino básico:

Grupo de recrutamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico – código 110:

Por despacho de 19 de outubro de 2015:

Melissa de Fátima Evangelho da Rocha Cardoso, por ratificação, com início a 10 de outubro de 2015, enquanto durar o impedimento do titular do lugar;

Por despacho de 17 de março de 2016:

José Armando Moreira Oliveira, com início a 18 de março de 2016, enquanto durar o impedimento do titular do lugar;

2.º ciclo do ensino básico:

Grupo de recrutamento de Educação Musical – código 250:

Por despacho de 19 de outubro de 2015:

Francisco Alberto Faria da Rocha, por ratificação, com início a 10 de outubro de 2015, enquanto durar o impedimento do titular do lugar;

Por despacho de 22 de janeiro de 2016:

Francisco Alberto Faria da Rocha, por ratificação, com início a 6 de janeiro de 2016, enquanto durar o impedimento do titular do lugar;

Escola Secundária Manuel de Arriaga

Educação especial:

Grupo de recrutamento da Educação Especial – 2.º e 3.ºciclos do ensino básico e ensino secundário – código 700:

Por despacho de 23 de fevereiro de 2016:



José Manuel Ferreira Carvalho, com início a 24 de fevereiro de 2016, enquanto durar o impedimento do titular do lugar.

4 de abril de 2016. - A Diretora de Serviços de Recursos Humanos, *Lúcia Maria Espínola Moniz*.

FUNDO REGIONAL DOS TRANSPORTES TERRESTRES, IPRA Anúncio n.º 40/2016 de 7 de Abril de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Fundo Regional Transportes Terrestres, IPRA

Serviço/órgão/pessoa de contato

Conselho Diretivo

Endereço (*)

Rua João Melo Abreu, n.º 3

Código postal (*)

9504-530 Ponta Delgada

Localidade (*)

Ponta Delgada

Telefone (00351)

296206900

Fax (00351)

296281093

Endereço eletrónico (*)

FRTT@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)



Aquisição de vinte e quatro viaturas para patrulhamento auto, as quais se destinam a serem posteriormente cedidas pelo Contraente Público à Policia de Segurança Pública (PSP), no âmbito do acordo n.º 1/2016

Descrição sucinta do objeto do contrato

Fornecimento de vinte e quatro viaturas para patrulhamento auto, as quais se destinam a serem posteriormente cedidas pelo Contraente Público à Policia de Segurança Pública (PSP), no âmbito do acordo n.º 1/2016, celebrado entre ambas as entidades a 25 de janeiro de 2016.

Tipo de contrato

aquisição de bens móveis (*). Caso seja "Outro", indique qual: Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (1) (*)

34114200-1

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*)não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Cliq	lue	agu	para	introc	luzir	texto	٥.
•		J. 9 J.					

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

São Miguel

Concelho:

Ponta Delgada

Código NUTS (3):

PT 200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

45 dias ou Clique aqui para introduzir texto. meses

8 - Documentos de habilitação

Os constantes do artigo 15.º do Programa do Concurso

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Fundo Regional dos Transportes Terrestres, IPRA

Endereço desse serviço (*)

Rua João Melo Abreu, n.º3

Código postal (*)

9504-530 Ponta Delgada

Localidade (*)

Ponta Delgada

Telefone (00351)

296206900

Fax (00351)

296281093

Endereço eletrónico (*)

FRTT@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

Não aplicável

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

50 Euros

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 16:30 horas do 35 º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)



mais baixo preço

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Clique aqui para introduzir texto.

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Secretaria Regional do Turismo e Transportes

Endereço (*)

Largo do Colégio, 4

Código postal (*)

9500-054 Ponta Delgada

Localidade (*)

Ponta Delgada

Telefone (00351)

296206200

Fax (00351)

296283715

Endereço eletrónico (*)

SRTT-info@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

05-04-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República?sim(*)

No Jornal Oficial da União Europeia? sim (*)



18 - Outras informações

Preço base: 390.240,00€ (trezentos e noventa mil e duzentos e quarenta euros)

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Maria Ana Costa

Cargo ou função (*) Presidente do Conselho Diretivo

- (*) Preenchimento obrigatório.
- (1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.
- (2) Idem.
- (3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.

IROA, S. A. Anúncio n.º 41/2016 de 7 de Abril de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

IROA, S.A.

Serviço/órgão/pessoa de contato

IROA, S.A.

Endereço (*)

Rua do Rosário, Quinta da SRAF, Ribeira Grande

Código postal (*)

9600 549

Localidade (*)

Ribeira Grande

Telefone (00351)

296470670

Fax (00351)

296474243

Endereço eletrónico (*)

iroa.sa@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Empreitada de aproveitamento dos recursos hídricos e impermeabilização da lagoa do Paul – Ilha do Pico

Descrição sucinta do objeto do contrato

Captação de água na ribeira e encaminhamento para a lagoa do Paul e impermeabilização da Lagoa com geomembrana PEAD com 2mm.

Tipo de contrato

empreitada de obras públicas (*). Caso seja "Outro", indique qual: Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (1) (*)

45232150

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*)não



O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*)não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*)não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Lajes

Código NUTS (3):

PT 200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

180 dias ou Clique aqui para introduzir texto. meses

8 - Documentos de habilitação



9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*)não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das pecas do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

IROA, SA

Endereço desse serviço (*)

Rua do Rosário, Quinta da SRAF

Código postal (*)

9600 549

Localidade (*)

Ribeira Grande

Telefone (00351)

296470670

Fax (00351)

296474243

Endereço eletrónico (*)

iroa.sa@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

Não aplicável

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Sem custo

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 17.00 horas do 30 ° dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Preço 40% e Qualidade Técnica da proposta 60% Subfactores do fator qualidade técnica: Plano de trabalhos 70% e Memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra 30%

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Não aplicável

Endereço (*)

Não aplicável

Código postal (*)

0000 0000

Localidade (*)

Não aplicável

Telefone (00351)

Clique aqui para introduzir texto.

Fax (00351)

Endereço eletrónico (*)

iroa.sa@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:



0 dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

05-04-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

Preço base 175.000,00€

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Ricardo Silva

Cargo ou função (*) Presidente do CA

- (*) Preenchimento obrigatório.
- (1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.
 - (2) Idem.
- (3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.

MUNICÍPIO DAS LAJES DO PICO Anúncio n.º 42/2016 de 7 de Abril de 2016

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Câmara Municipal das Lajes do Pico

Serviço/órgão/pessoa de contato

Câmara Municipal das Lajes do Pico

Endereço (*)

Rua de São Francisco

Código postal (*)

9930-135

Localidade (*)

Lajes do Pico

Telefone (00351)

292679700

Fax (00351)

292679710

Endereço eletrónico (*)

cmlpico@mail.telepac.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Empreitada de Beneficiação da Rede Viária Municipal - Pavimentações Diversas - 2016

Descrição sucinta do objeto do contrato

Empreitada de Beneficiação da Rede Viária Municipal - Pavimentações Diversas - 2016

Tipo de contrato

empreitada de obras públicas (*). Caso seja "Outro", indique qual: Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (1) (*)

45233220-7

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*) não:

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Designação do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (2) (*)

Clique aqui para introduzir texto.

[repete-se para tantos lotes quantos se revelem necessários]

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores

Concelho:

Lajes do Pico

Código NUTS (3):

PT200



7 - Prazo de execução do contrato (*):

Clique aqui para introduzir texto. dias ou 8 meses

8 - Documentos de habilitação

Os exigidos no artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Setor de Aprovisionamento da Câmara Municipal das Lajes do Pico

Endereço desse serviço (*)

Rua de São Francisco

Código postal (*)

9930-135

Localidade (*)

Lajes do Pico

Telefone (00351)

292679700

Fax (00351)

292679710

Endereço eletrónico (*)

aprovisionamento.cmlp@gmail.com

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:



Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

Não se aplica

10.3 - Preco a pagar pelo fornecimento das pecas do concurso (se for o caso)

250,00€ (duzentos e cinquenta euros) em suporte de papel; 50,00€ (cinquenta euros) em suporte digital, ambos os montantes acrescidos do IVA à taxa legal em vigor na RAA. O pagamento poderá ser feito em numerário, mediante cheque visado e emitido à ordem do Município das Lajes do Pico, ou por transferência bancária para o IBAN: PT50.0038.0000.4319.0231.301.59

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 16:00 horas do 20.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

mais baixo preço

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Clique aqui para introduzir texto.

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Câmara Municipal das Lajes do Pico

Endereço (*)

Rua de São Francisco

Código postal (*)

9930-135

Localidade (*)

Lajes do Pico

Telefone (00351)

292679700

Fax (00351)

292679710

Endereço eletrónico (*)

cmlpico@mail.telepac.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

05-04-2016

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? não (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? não (*)

18 - Outras informações

Clique aqui para introduzir texto.

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Roberto Manuel Medeiros da Silva

Cargo ou função (*) Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico

- (*) Preenchimento obrigatório.
- (1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.
- (2) Idem.
- (3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.